DIREITO E DESENVOLVIMENTO: A REGULAÇÃO JURÍDICA DOS MERCADOS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

LAW AND DEVELOPMENT: THE MARKETS LEGAL REGULATION FOR THE PROMOTION OF DEVELOPMENT AS FREEDON

*Lis Maria Bonadio Precipito¹
Lafayette Pozzoli²*

RESUMO

O presente artigo visa trazer contribuição acerca da importância da regulação jurídica da atividade econômica para a promoção, pelo direito, do Desenvolvimento como Liberdade. O artigo foi desenvolvido por uma pesquisa qualitativa que se utilizou do método hipotético-dedutivo. Analisando também as concepções de desenvolvimento como crescimento econômico e de desenvolvimento integral, verifica-se que a concepção de desenvolvimento como Liberdade é a mais apta a promover os direitos humanos dos cidadãos, e consequentemente o direito ao desenvolvimento que acaba por exigir os demais direitos humanos que o antecederam. A sustentabilidade não alude apenas a questão ambiental, mas é necessário busca-la também no sistema econômico para que em prol dos mercados as penúrias e a opulência não progridam suprimindo os direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Direito ao Desenvolvimento; Desenvolvimento como Liberdade; Função promocional do Direito.

ABSTRACT

This paper aims to contribute about the importance of the legal regulation economic activity to promote, by law, the Development as Freedom. The paper was developed by a qualitative study that used the hypothetical-deductive method. Also analyzing the conceptions of development as economic growth and integral development, realize that the concept of development as freedom is the most able to promote the citizens human rights, and consequently the development right, which require all the other human rights before him. The sustainability does not refers only about environmental issues, but is also necessary search the sustainability in the economic system for the markets to the dearth and opulence do not progress suppressing the human rights.

KEY-WORDS: Development Right; Development as Freedom; Law Promocional Function.

¹ Advogada. Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Marília - Centro Universitário Eurípides de Marília -UNIVEM. Mestranda em Teoria do Direito e do Estado pelo UNIVEM. Taxista CAPES/ PROSUP, com pesquisa na área de Direito e Desenvolvimento. E-mail: lismaria.li@gmail.com.

² Advogado. Doutor e Mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela PUC/SP. Professor na Faculdade de Direito da PUC/SP e no UNIVEM/Marília. Chefe de Gabinete na PUC/SP. Coordenador no Mestrado em Direito do UNIVEM. Sócio fundador da AJUCASP – União dos Juristas Católicos de São Paulo. Foi Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do UNIVEM. Foi membro do Tribunal de Ética da OAB/SP - TED-1. Foi membro fundador da Comissão da Pessoa com Deficiência da OAB/SP. Foi Professor Assistente no Curso de Teoria Geral do Direito, ministrado pelo Professor André Franco Montoro - Pós-Graduação PUC/SP. Publicou diversas obras, dentre elas: Justiça dos tribunais ou da cidadania? – Editora Cidade Nova, “Maritain e o Direito”, Editora Loyola.

1. Introdução

O presente artigo visa trazer contribuição acerca da importância da regulação jurídica, dotada de preceitos morais, da atividade econômica para a promoção do Desenvolvimento como Liberdade.

Para tanto, será feita uma revisão sobre as ideias de desenvolvimento desde a concepção de desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento integral, até o advento do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen.

Em seguida, serão analisadas as implicações da adoção do desenvolvimento como liberdade nas ideias de justiça, especialmente na Teoria de Justiça de Amartya Sen e seus reflexos nas questões de justiça e desenvolvimento na sociedade contemporânea.

Por fim, será vista a relevância da imposição de limites legais e morais no exercício da atividade econômica para promover o desenvolvimento como liberdade e a justiça, para que a busca pelo êxito econômico não coloque em detrimento liberdades essenciais e direitos humanos.

O artigo será desenvolvido pelo método hipotético-dedutivo, por meio de pesquisa de cunho eminentemente bibliográfico e qualitativa.

2. Determinação do conceito de desenvolvimento

Para um entendimento conciso do termo desenvolvimento, sua análise será feita em três concepções tidas em momentos distintos. A última, adotada no presente artigo, não exclui as anteriores, pois aproveita a interdisciplinaridade da segunda, e muitas pessoas ainda buscam o desenvolvimento como crescimento econômico.

O desenvolvimento a ser buscado pela sociedade e pesquisado para a elaboração de uma aplicação coletiva, efetiva e justa, parece dever ser aquele que é sustentável e leva em conta os direitos de todos os homens, qual seja, o desenvolvimento como liberdade.

2.1 Desenvolvimento como crescimento econômico

Economicamente duas principais correntes definem desenvolvimento. A primeira, mais clássica e teórica, considera desenvolvimento como crescimento econômico, e é inspirada em Keynes. Já a segunda corrente, com uma abordagem mais realista, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é a única.

Segundo BARRAL (2005, p. 34 e 35), no século XVI, durante o mercantilismo, o desenvolvimento de uma nação era relacionado ao poder do Estado, que não era representado

apenas pela ordem econômica, mas também pela militar, com posse de colônias e o acúmulo de metais preciosos.

O liberalismo consolidou a ideia de que o desenvolvimento era essencialmente o poder econômico. Foi a partir de Adam Smith, com sua obra *A Riqueza das Nações*, que o poder nacional passou a ser representado estritamente pelo poder econômico.

Assim, o conceito de desenvolvimento centrado na questão econômica surgiu no contexto liberalista, contudo não parou por aí. Em seguida, a crítica marxista, argumentou que o desenvolvimento deveria envolver primeiramente o desenvolvimento da classe burguesa para a posterior tomada de poderes pelo proletariado, mas reafirmava ser o desenvolvimento sinônimo de crescimento econômico.

A idéia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico simplificava, por demais, a realidade. Acreditava-se que o crescimento econômico, quando distribuí diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, enseja o desenvolvimento e a melhoria dos padrões de vida da população.

O desenvolvimento fora, então, apontado como poder indicado pelo índice do PIB, e posteriormente, pelo índice do PIB atrelado à distribuição de renda. Embora a visão de que apenas fatores econômicos influenciam no desenvolvimento fosse criticada, o crescimento econômico era o que representava o desenvolvimento.

Contudo, crescimento econômico e desenvolvimento não podem ser confundidos pois ainda que a economia cresça com taxas relativamente elevadas o desemprego pode não estar diminuindo na rapidez necessária, tendo em vista a mecanização da produção, e a não distribuição equitativa de renda.

Além disso, SOUZA (1999, p. 21) observa que junto ao crescimento econômico, podem ocorrer ainda outros efeitos negativos para a sociedade, como a transferência da renda excedente para outros países, o que reduz a capacidade de importação e de realizar investimentos; a apropriação desse excedente pela minoria, aumentando a concentração de renda; salários básicos baixos limitando o crescimento do consumo; tradicionalismo empresarial que impede o desenvolvimento do mercado interno e, por fim, a dificuldade para implantar atividades interligadas entre as empresas que mais crescem, sendo elas exportadoras ou de mercado interno.

A partir do conceito da segunda corrente econômica, que diz que o desenvolvimento precisa, além do crescimento econômico, de mais condições para que ele possa existir, Celso Furtado e Paul Singer, entre outros economistas, trazem a idéia de desenvolvimento como mudança de estrutura. Segundo SOUZA (1999, p. 21): “essa noção implica mudança de

estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média dos agentes envolvidos no processo produtivo.”

Esse método estruturalista evidencia a interdependência dos setores produtivos e a necessidade do aperfeiçoamento das estruturas desses setores e dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento. Assim, passou-se a definir o desenvolvimento como o contínuo crescimento econômico superior ao crescimento demográfico, atrelado a mudanças estruturais e melhoria de indicadores econômicos e sociais.

A partir de então, o desenvolvimento deixou de ser simplesmente o crescimento econômico, ou o crescimento econômico e a distribuição de renda, ou representado pelo valor do PIB, mas passou a abranger outros setores que compõem a estrutura social, como a melhoria de indicadores sociais. A preocupação com o desenvolvimento transcendeu o crescimento econômico e passou a ter como foco o desenvolvimento social.

2.2 Desenvolvimento Integral

O desenvolvimento integral é um conceito de desenvolvimento mais abrangente que o desenvolvimento como crescimento econômico, pois leva em conta o desenvolvimento humano. Uma sociedade cuja economia seja forte e tenha grandes êxitos não é suficiente para atribuir a ela a qualidade de desenvolvida, é necessário que a população seja incluída nesse desenvolvimento.

Ocorria que grande parte da população ficava a margem desse desenvolvimento econômico, uma vez que a minoria era detentora do capital e dos meios de produção. Os índices de miséria, fome, mortes, analfabetismo eram por demais altos e ainda assim a sociedade poderia ser considerada desenvolvida.

Tais dados passaram a ser levados em conta para medir o grau de desenvolvimento de uma sociedade: a análise do desenvolvimento humano e social, juntamente ao desenvolvimento econômico. Nascia então a idéia de desenvolvimento integral.

A Igreja Católica, diante da grande miséria que incidia sobre os proletários, manifestou-se, por diversas vezes, a favor de equalização e apaziguação social. Em 1891, o Papa Leão XIII, na Encíclica *Rerum Novarum* iniciou o que mais tarde seria a Doutrina Social da Igreja, argumentando que a solução da questão social seria a reconciliação entre as classes sociais, e critica a *miséria imerecida* (LEÃO XIII, item 2) da proletariado (LEÃO XIII, item 28):

“A violência das revoluções políticas dividiu o corpo social em duas classes e cavou entre elas um imenso abismo. Dum lado, a onipotência na opulência:

uma facção que, senhora absoluta da indústria e do comércio, desvia o curso das riquezas e faz correr para o seu lado todos os mananciais; facção que aliás tem na sua mão mais dum motor da administração pública. Do outro, a fraqueza na indignação: uma multidão com a alma dilacerada, sempre pronta para a desordem.”

O Papa Pio XI, também demonstrou a preocupação social da Igreja, em 1931, na Encíclica *Quadragesimo Anno*, a qual leva o nome por ter sido publicada quarenta anos após *Rerum Novarum*, e defende a caridade e a justiça social. Desde então, durante todo o século XX foram editadas encíclicas que demonstram a preocupação social da Igreja.

O direito ao desenvolvimento foi tratado, em 1967, pelo Papa Paulo VI, em sua ilustre Encíclica *Populorum Progressio* (Desenvolvimento dos Povos), demonstrando quão fundamental foi o papel da doutrina católica no direito ao desenvolvimento, pois desde sempre a Igreja prega a fraternidade, base dos direitos humanos de terceira geração, no qual se enquadra o direito ao desenvolvimento.

De acordo com tal documento, o direito de se desenvolver tem origem teológica. Argumenta contra elementos reguladores do Estado (liberalismo, colonialismo), pois são eles que impedem os povos de desenvolver-se plenamente. Assim as pessoas têm o direito de rebelar-se contra o direito institucionalizado que condiciona tais elementos reguladores.

LIMA (1967, p. 06) explica que o tema central da encíclica é “o progresso do homem para Deus ao longo da história”(LIMA, 1967, p. 06) e que a partir daí, o documento pode ser analisado por quatro pontos principais: a universalidade, a integralidade pessoal, a solidariedade coletiva e o apelo coletivo.

A universalidade (item 3) é tratada pelo Papa como a universalidade da questão social, pois os pobres e miseráveis o são por que há pessoas com muito dinheiro, as quais devem ajudá-los. A miséria não diz respeito só a quem nela vive, mas também a todos da sociedade, pois “Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência. A Igreja estremece perante este grito de angústia e convida a cada um a responder com amor ao apelo do seu irmão.” (PAULO VI, 1967, item 03)

A integralidade pessoal (item14) quer dizer exatamente que o desenvolvimento não se reduz ao crescimento econômico, mas deve promover benefícios a toda coletividade: “O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo.” (PAULO VI, 1967, item 14)

Contudo, a integralidade pessoal somente se concretiza quando integrada na solidariedade coletiva entre os nacionais e entre as nações, pois “O desenvolvimento integral do homem não pode se realizar sem o desenvolvimento solidário da humanidade” (PAULO

VI, 1967, item 43). O dever de fraternidade dos povos implica em mais três deveres: o de solidariedade, de justiça social e de caridade universal, pois “o futuro da civilização mundial” (PAULO VI, 1967, item 44) depende disso.

Ainda, conforme PAULO VI (1967, item 44):

“Este dever diz respeito, em primeiro lugar, aos mais favorecidos. As suas obrigações enraízam-se na fraternidade humana e sobrenatural, apresentando-se sob um tríplice aspecto: o do dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em via de desenvolvimento; o do dever de justiça social, isto é, a retificação das relações comerciais defeituosas, entre povos fortes e povos fracos; o do dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros. O futuro da civilização mundial está dependente da solução deste grave problema.”

Finalmente, o apelo coletivo (itens 32 e 86) para que sejam transpostas as injustiças trazidas pela busca desenfreada pelo domínio econômico, pois o desenvolvimento dos povos necessita de ações transformadoras urgentes, as quais competem a todos conforme PAULO VI (1967, item 83):

“Finalmente, voltamo-nos para todos os homens de boa vontade, conscientes de que o caminho da paz passa pelo desenvolvimento. Delegados às instituições internacionais, homens de Estados, publicistas, educadores, todos, cada um no seu campo sois os construtores de um mundo novo. Suplicamos a Deus todo-poderoso que esclareça a vossa inteligência e fortifique a vossa coragem para despertardes a opinião pública e conduzirdes os povos”

Na Bula é destacado que deve-se dispor do supérfluo em prol dos que não possuem o necessário a uma vida digna (PAULO VI, 1967, item 32):

“O desenvolvimento exige transformações audaciosas, profundamente inovadoras. Devem empreender-se, sem demora, reformas urgentes. Contribuir para elas com a sua parte, compete a cada pessoa, sobretudo àquelas que, por educação, situação e poder, têm grandes possibilidades de influxo. Dando exemplo, tirem dos seus próprios bens, como fizeram alguns dos nossos irmãos no episcopado.”

Segundo LIMA (1969, p. 07), o dilema claramente apresentado pelo Papa Paulo VI é que “ou os homens transformam a sociedade atual, de modo a implantar uma justiça social autêntica, não só entre as nações, mas no interior de cada nação, entre os que dispõem do supérfluo e os que não dispõem do indispensável a uma vida digna, ou essas transformações se farão de modo violento, com todo o cortejo de misérias e sofrimentos que as guerras e revoluções carregam consigo ao longo da história” (LIMA, 1969, p. 7 e 8).

A partir desse documento surge na América Latina um movimento de bispos e padres que lutavam contra o capitalismo, o colonialismo e a ditadura, chamado Teologia da Libertação, que propunha a libertação humana em todos os sentidos (econômico, cultural, social, individual).

Segundo MONTORO (1995, p. 137) as filosofias judaica e cristã desejam o desenvolvimento, e por isso desde cedo sobre ele dissertam. Na visão bíblica, Deus atribuiu ao homem a capacidade de dominar e transformar a natureza: “Sujeitai a terra”(Gênesis, 1, 29). Assim, a bíblia diz que o desenvolvimento do homem está nos planos de Deus e o homem por seus dons aplicados ao trabalho o alcançará.

MARITAIN (in: MONTORO, 1995, p. 140) afirma que “sujeitai a terra” é um dos fins naturais da história do mundo, e o Concílio Vaticano II trouxe que “quando cultiva a terra com o trabalho de suas mãos ou por meio da técnica, para que ela produza frutos e se torne uma habitação digna da família humana, e quando participa conscientemente da vida dos grupos sociais, o homem realiza o plano de Deus, manifestado no início dos tempos, que é o de dominar e completar a criação” (in: MONTORO, 1995, p. 140).

Assim, o desenvolvimento integral tratado por Paulo VI, passou a ser o novo parâmetro de desenvolvimento. Aqui, o desenvolvimento deve abranger todo o ser humano, não somente a economia. Sendo assim, o direito ao desenvolvimento dos povos em todos os sentidos é que foi defendido desde a Revolução Industrial, causadora de uma *miséria imerecida* do proletariado, marcado pela agregação do social ao econômico.

2.3 Desenvolvimento como Liberdade

Amartya Sen (2010) analisa o processo de desenvolvimento não apenas a partir de considerações econômicas, mas também sociais, culturais e políticas, atribuindo simultaneamente a várias instituições atuações indispensáveis ao processo de desenvolvimento.

A ideia básica é que a expansão das liberdades humanas seja o principal meio e o principal fim do desenvolvimento. A expansão das liberdades individuais aponta para uma abordagem múltipla do desenvolvimento, que visa o equilíbrio de governo e de outras instituições políticas com o funcionamento do mercado.

Não é por acaso que este subtítulo leva o nome da obra do Nobel de economia Amartya Sen, uma vez que toda pesquisa aqui desenvolvida, tem como base o conceito de desenvolvimento por ele trabalhado.

SEN (2010), como os defensores do desenvolvimento integral, analisa o processo de desenvolvimento não apenas a partir de considerações econômicas, mas também sociais, culturais e políticas, atribuindo simultaneamente a várias instituições atuações indispensáveis ao processo de desenvolvimento.

O que difere o desenvolvimento integral do desenvolvimento como liberdade é que neste leva-se em conta, além do desenvolvimento econômico, humano e social, o desenvolvimento sustentável.

Sustentável pois o desenvolvimento como liberdade gera mais liberdades e mais desenvolvimento. É um desenvolvimento que por si só mantém-se sendo seu meio e sua finalidade a expansão e o exercício das liberdades individuais.

A ideia básica é que a expansão das liberdades humanas seja o principal meio e o principal fim do desenvolvimento. A expansão das liberdades individuais aponta para uma abordagem múltipla do desenvolvimento, que visa o equilíbrio de governo e de outras instituições políticas com o funcionamento do mercado.

SEN (2010, p. 23) define então o desenvolvimento como “um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas”. As liberdades não são apenas uma finalidade do desenvolvimento, mas também um meio para que seja alcançado.

Assim, integrando considerações econômicas, sociais e políticas, o desenvolvimento corresponde ao processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas de cada pessoa.

A liberdade individual é central no conceito de desenvolvimento por duas razões. A primeira é a avaliação, que difere do enfoque em que outras abordagens mais clássicas concentram como variáveis a utilidade, a liberdade processual e a renda real. Significa dizer que o êxito de uma sociedade deverá ser avaliado de acordo com as liberdades substantivas que os membros dessa sociedade possuem, tendo mais liberdade para fazer as coisas que são justamente valorizadas.

A segunda razão é que a liberdade não é apenas a avaliação de êxito de uma sociedade, mas um determinante da iniciativa individual e da eficácia social, melhorando o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e influenciar o mundo, questões centrais para o desenvolvimento. Ou seja, diz respeito ao papel do indivíduo como membro do público e participante de ações econômicas, sociais e políticas, denominada por SEN (2010) como a *condição de agente* (do desenvolvimento) que as pessoas possuem.

As liberdades individuais, por sua vez, são fortemente determinadas pelo apoio público no fornecimento de saúde e educação fundamental, essenciais para a formação das

capacidades humanas, e também pela garantia social de liberdades, tolerância e possibilidade de trocas e transações, que são as formas de aproveitamento dessas capacidades humanas.

Identificam-se como essenciais as chamadas liberdades substantivas (*substantive freedoms*), que são as capacidades elementares dos indivíduos, como estar livre da fome crônica; da subnutrição; da morbidez evitável; da morte prematura; saber ler, escrever e calcular; ter liberdade de expressão e participação política. Os tipos distintos de liberdades, ligados umas às outras contribuem com o aumento da liberdade humana em geral.

O progresso de uma sociedade deve ser analisado quanto as liberdades substantivas desfrutadas pelos membros dessa sociedade, que é um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social.

É por aumentarem as capacidades das pessoas que as liberdades substantivas são tão essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade: “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas, para cuidar de si mesmas, para influenciar o mundo, questões centrais do processo de desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 23), possibilitando ao indivíduo a condição de agente, já citada.

As liberdades essenciais, por SEN (2010) chamadas de substantivas, são divididas em cinco categorias: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transferência e, por fim, segurança protetora. Elas são importantes para aumentar, em geral, as capacidades de uma pessoa, e quando se complementam, contribuem como o aumento da liberdade humana em geral.

As liberdades políticas são as oportunidades das pessoas ligadas aos exercícios políticos democráticos, no sentido mais abrangente, como o direito de voto baseado em seus próprios princípios, a fiscalização e crítica às autoridades, a liberdade de expressão política, de imprensa sem censura, o pluripartidarismo. Nas liberdades políticas incluem-se ainda os direitos civis, que deverão ser estudados no próximo capítulo.

Já as facilidades econômicas referem-se às oportunidades dos indivíduos de usar seus recursos econômicos para consumo, produção ou troca. O processo de desenvolvimento econômico aumenta as rendas de um país e os cidadãos devem ter autonomia para utilizar sua própria renda, como julgar conveniente, além de poder utilizar-se de recursos para aumentá-la, como por exemplo financiamentos.

Oportunidades sociais são os recursos que a sociedade dispõe nas áreas de educação, saúde e outros que influenciam na liberdade de uma pessoa viver melhor. Essas facilidades, como nomeia Sen, são importantes não só para a vida privada, que consiste em levar uma vida saudável, mas também para uma maior participação social, em atividades políticas e

econômicas. Servem para facilitar o desenvolvimento econômico com alto nível de emprego, além da redução das taxas de mortalidade e do aumento da expectativa de vida, sinalizadoras do desenvolvimento integral e possibilitando o melhor exercício das demais liberdades das pessoas.

As garantias de transparência permitem que as pessoas da sociedade possam lidar umas com as outras com uma presunção básica de confiança. “Referem-se às necessidades de garantia de dessegredo e clareza” (SEN, 2010, p. 60), são as expectativas de sinceridade de algumas pessoas ao lidarem com outras. Essas garantias de transparência atuam como inibidoras da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas, visando a garantia da ordem econômica.

A segurança protetora visa proporcionar uma “rede de segurança social” (SEN, 2010, p. 60), a fim de impedir que as pessoas em estado de vulnerabilidade sofram qualquer privação em consequência de mudanças materiais que possam afetá-las adversamente. Impede que sejam reduzidas à miséria total, à fome, ou à morte. Essa rede de segurança social deve ser garantida por dispositivos constitucionais fixos, como benefícios aos desempregados, suplementos de renda regulamentares para os indigentes ou até mesmo medidas especiais como distribuição de alimentos em casos de fome coletiva ou a criação de empregos públicos de emergência para a geração de renda aos necessitados.

As disposições políticas e sociais influenciam fortemente no desenvolvimento e devem oferecer oportunidades iguais para toda a sociedade, provendo educação básica, saúde, e até mesmo disponibilizando os recursos necessários para a atividade econômica (por exemplo terra para a agricultura) por meio de políticas públicas apropriadas.

Cada uma das liberdades substanciais tem um papel importantíssimo no desenvolvimento de um país, contribuindo particularmente com o desenvolvimento das pessoas. Contudo, se vistas de modo integrado, reforçam-se e consolidam ainda mais as outras, sendo então, essenciais para o desenvolvimento integral das liberdades das pessoas.

MONTESQUIEU (1996, p. 166) em sua obra *O espírito das leis* conceitua liberdade:

“Em um Estado, isto é, numa sociedade onde existem leis, a liberdade só pode consistir em poder fazer o que se deve querer e em não ser forçado a fazer o que não se tem o direito de querer. [...] A liberdade é o direito de fazer tudo aquilo que as leis permitem; e se um cidadão pudesse fazer o que elas proibem, ele já não teria liberdade, porque os outros também teriam esse poder”.

Portanto, o desenvolvimento ocorrerá quando as pessoas puderem exercer plenamente suas liberdades, por sua vez, tidas como direitos no ordenamento jurídico,

limitando-se ao direito do próximo, o que reforça o conceito de desenvolvimento como liberdade.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento será alcançado quando todas as pessoas realmente tiverem acesso à educação, à saúde e uma vida digna, conforme garantido pela lei. Além disso, o exercício pleno dos direitos não é apenas consequência, mas caminho para o progresso de uma sociedade como um todo.

Quando são proporcionadas instrução escolar, boa saúde e segurança jurídica, as pessoas, adquirem mais conhecimento, segurança e condições para tomar decisões relevantes para a comunidade e para a economia, promovendo não apenas a si, mas também, os que estão perto dela.

O êxito econômico é apenas consequência do exercício pleno das liberdades, dos direitos de uma sociedade. O povo então, ao exercer seus direitos, colabora com o desenvolvimento sob os vários aspectos da sociedade.

Na perspectiva do desenvolvimento como liberdade, a pobreza deve ser vista como a privação de capacidades, desviando a atenção principal da renda para as liberdades. É inegável que a renda é um importante meio de se obter capacidades, portanto, a pobreza como o baixo nível de renda não deixa de estar vinculada à ideia de pobreza como privação das capacidades.

O aumento das capacidades de uma pessoa para viver sua vida, a conduz a um maior potencial para ser mais produtiva, auferir renda mais elevada e livrar-se da pobreza. Portanto, o aumento das capacidades ajuda a enriquecer e a diminuir as privações das pessoas.

Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente melhorar seu destino e ajudar outras pessoas. O seu desenvolvimento colabora com o desenvolvimento de toda a sociedade, deste modo, promovendo-o e acompanhando-o, e não ficando a margem do mesmo.

As liberdades substantivas podem (e devem) ser garantidas legalmente, tornando seu cumprimento obrigatório, uma vez que são os meios principais e os fins primordiais do desenvolvimento.

As oportunidades sociais permitem que as pessoas façam o que é de seu direito fazer. A história do mundo demonstra que a remoção das privações de liberdade está vinculada aos processos de êxito econômico, contudo, vai muito além dessa variável. Portanto, a contribuição do crescimento econômico deve ser analisada pela expansão de serviços sociais, e não apenas pelo aumento das rendas.

O maior exemplo citado por SEM (2010), de crescimento econômico pelas oportunidades sociais, especialmente educação, é o Japão. Em meados do século XIX, o país já apresentava taxas de alfabetização mais elevadas que as da Europa, que há décadas já era industrializada. As oportunidades sociais e o desenvolvimento dos recursos humanos sem dúvida favoreceram fortemente seu incrível desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento como liberdade consiste basicamente em uma avaliação integrada do exercício das liberdades individuais, que nada mais é que o exercício de seus direitos. Portanto, quando uma sociedade que em sua Carta Magna tem educação e saúde como um direito e realmente consegue garanti-los a todos, o povo estará exercendo não apenas uma liberdade, que terá maiores consequências para o seu desenvolvimento, mas também um direito garantido na sua Lei Maior.

Assim, essa estrutura de desenvolvimento amplo proposta, aborda de forma integrada e sob diferentes aspectos toda a sociedade, visando o êxito simultâneo de diferentes frentes e instituições que se reforçam mutuamente, numa perspectiva integrada, contribuindo com o desenvolvimento de toda a coletividade.

O desenvolvimento como liberdade vai além do desenvolvimento integral, uma vez que faz uso de mais amplas liberdades e direitos para ser alcançado. Ainda, utiliza a expansão dessas liberdades e direitos não só como um meio de realização, mas também como um dos seus maiores objetivos.

A justiça social não depende apenas das instituições, mas também da efetiva prática e do exercício das liberdades dessas instituições. O debate democrático permite ainda que as normas jurídicas condicionantes da própria democracia sejam compatíveis com a realidade social que virão a regulamentar, aumentando a sua eficácia. Assim, uma democracia com verdadeira participação pública é um fator propulsor de desenvolvimento e de justiça.

A democracia é a única forma de organização social que permite a emancipação de cada cidadão, possibilitando que cada um exerça suas liberdades políticas, promovendo o desenvolvimento e o aumento dessas liberdades através das livres relações dos indivíduos uns com os outros.

Para SACHS (2002), o desenvolvimento só pode ser chamado sustentável quando, simultaneamente, o crescimento econômico social e ecológico exercerem impactos positivos na sociedade.

O desenvolvimento como liberdade diferencia-se dos demais por ser um desenvolvimento sustentável, que agrega elementos econômicos, sócio-culturais e naturais, não desprezando um em detrimento do outro, mas sempre agregando-os.

3. Justiça Global- integração mundial pela promoção do desenvolvimento e dos direitos humanos

Segundo Amartya Sen (2011), não há um consenso global de justiça absoluta. Isso porque cada pessoa percebe de modo distinto determinadas situações, pois é possível basear-se em diferentes razões de justiça, com prioridades relativas decorrentes da formação cultural e da experiência de cada indivíduo.

Em *A ideia de Justiça*, SEN (2011, p. 43) exemplifica essa afirmação por meio de uma discussão entre três crianças, que apresentam a razão do porque deveriam ficar com uma flauta. A primeira diz que a flauta deve ser sua pois foi ela quem a fez. A segunda criança argumenta que é a mais pobre de todas e que não tem brinquedo algum, por isso deveria ficar com a flauta. A última criança alega que é a única das três que sabe tocar flauta e por isso a aproveitaria melhor, mas é a mais rica delas.

Nem sempre é possível hierarquizar todas as alternativas e entrar em um consenso sobre qual delas seria a mais justa. Diferentes juízos razoáveis e imparciais podem divergir quanto à identificação da justiça. A melhoria da justiça dar-se-á por avaliações comparativas, e não pela mera identificação da sociedade ou das instituições idealmente justas.

Mais importante do que identificar e idealizar instituições e regras justas são as realizações que cada um pode fazer em prol da justiça comum e do exercício das liberdades por todos. O que é de fato feito tem grande importância para a justiça, ao contrário da mera idealização de comportamentos e organizações.

Sen argumenta pela redução das injustiças, pois é impossível alcançar uma justiça absoluta e consensual. A justiça consiste na eliminação de arranjos crassamente injustos, e para isso democracia e liberdade são fundamentais.

Pobreza, desequilíbrio ambiental e injustiça não são desafios de um só país ou região.

A comunidade internacional é extremamente interdependente, pois assim como as epidemias atravessam os continentes e passam de um país a outro, os medicamentos criados e produzidos em determinados locais do mundo são importantes para a vida de todos os povos (SEN, 2011, p. 438)

Da mesma forma, o descontentamento causado pela injustiça em um país pode se espalhar por todo o mundo. Com efeito, o envolvimento com a comunidade internacional por meio do comércio e dos meios de comunicação dissemina os interesses e preocupações de um determinado país.

Os direitos humanos não são originários da cidadania de um país, ou da condição de membro de qualquer nação, mas são pretensões ou direitos inerentes ao ser humano. São diferentes, portanto, de direitos constitucionais garantidos a pessoas determinadas (como, por exemplo, os direitos constitucionais restritos aos nacionais ou naturalizados brasileiros).

O respeito aos direitos humanos não supõe um governo mundial ou um contrato social global hipotético. A sua promoção e o seu reconhecimento recaem sobre todas as pessoas que podem efetivamente fazer algo para ajudar.

As discussões não devem permanecer isoladas em determinada sociedade por correrem o risco de se limitar a uma percepção paroquialista, circunscrita em uma estreita compreensão local, amarrada pelas tradições e costumes radicados nessa sociedade. Algumas práticas, apesar de aceitas e reiteradas em determinadas sociedades podem ser eminentemente injustas, como o apedrejamento de mulheres adúlteras no Afeganistão e o aborto de fetos (especialmente do sexo feminino) na China.

É importante considerar o que é visto por observadores que estão fora da sociedade, examinando julgamentos externos, para evitar o paroquialismo. Essa análise distante leva a juízos mais abertos de perspectivas não locais. O conhecimento global não deve, mas pode influenciar nos valores locais, pois a sociedade passa a ter conhecimento do porque a sua prática não é admitida em outras sociedades.

Não é necessário que se aceite todos os argumentos externos propostos. Inúmeros deles podem ser rejeitados, mas outros realmente podem contribuir para enriquecer o pensamento local, justificando a posição contrária à prática culturalmente aceita naquela sociedade.

Segundo SEN (2011), a pluralidade de fontes compõe um processo mais participativo, enriquecendo a democracia global por meio da argumentação racional pública. A comunicação permite aos seres humanos a capacidade de reagir e discutir sobre as privações a que são submetidos, sendo essas privações isoladas ou não.

O desenvolvimento e a justiça devem ser promovidos de forma global, e não isoladamente como se a injustiça cometida em um local não tivesse impacto em outros lugares do planeta. Devemos pensar que vivemos em um só planeta, não em vários países.

4. Desenvolvimento, justiça e liberdades

As capacidades avaliam as vantagens e desvantagens de uma pessoa, mas a avaliação da justiça não será feita apenas a partir das oportunidades e vantagens individuais. A igualdade possui múltiplas dimensões.

Os direitos humanos vão além de meras disposições legais, correspondem a *pretensões morais dotadas de força* (SEN, 2011, p. 399). Por isso, temos razão para considerar a existência de diversos caminhos para promover essas pretensões morais, não as restringindo à criação de novas leis. O apoio ativista, por exemplo, contribui para a ampliação do alcance dos direitos humanos, sendo que muitas vezes não há nenhuma participação da legislação local.

Segundo SEN (2011, p. 401) “os direitos humanos podem servir de motivação para muitas atividades diversas, desde a legislação e a implementação de leis adequadas até a mobilização de outras pessoas e agitação pública contra violações dos direitos.”

Na prática, a força ética dos direitos humanos é reforçada quando recebe um estatuto de reconhecimento (como as Declarações de Direitos Humanos da ONU) e aceitação social, mesmo não havendo dispositivo normativo específico no ordenamento jurídico. Os meios de comunicação e o debate público permitem que os direitos humanos exerçam influência social e requeiram sua eficácia, independentemente de uma legislação coercitiva.

A afirmação dos direitos humanos não depende de uma exequibilidade pré-existente. Ainda que não sejam realizados, continuam a ser um direito indisponível e intrínseco à natureza humana, por isso precisam de ações que efetivamente os promovam. A não realização dos direitos humanos deve motivar uma maior ação social em prol dos mesmos, e não uma afirmação de sua ineficácia.

Deve-se analisar o que é possível fazer para influenciar outras pessoas a exercerem seus direitos humanos, suas liberdades individuais. Reconhecer os direitos humanos é admitir que quem tem condições de fazer algo efetivo para impedir a violação desses direitos de outras pessoas o faça com uma boa razão de assim agir.

Isso transcende as obrigações relacionadas aos supostos contratos sociais, que se aplicam a pessoas da própria comunidade ou país, pois essa obrigação existe com pessoas fora dessas fronteiras, com toda a comunidade mundial.

Apesar de este dever parecer uma obrigação *vagamente especificada* (SEN, 2011, p. 409) não confunde-se com a ausência de obrigação. Essas obrigações vagas coexistem com as obrigações plenamente especificadas, e as pessoas tem realmente a responsabilidade de ajudar as outras no que estiver ao seu alcance.

Fica claro o papel individual e coletivo para assegurar a todos suas liberdades, e assim alcançar a justiça. É necessário que cada um considere o que pode fazer para tentar assegurar a todos as liberdades que já possui, ou que também quer alcançar.

A fraternidade é a resposta para a crise que engloba a dimensão e o significado dos Direitos Humanos. Não deve ser considerada um mero conceito, mas um princípio impulsor do comportamento dos homens.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo 29³ confere a todos a responsabilidade de proteger e promover os direitos contidos na Declaração, e o dever de trabalhar para desenvolver os Direitos Humanos, de forma individual e coletiva.

Dos relacionamentos fraternos nasce a reciprocidade que influencia a vida de todos os envolvidos e estimula que as pessoas e instituições continuem o fazendo, influenciando cada vez mais pessoas e de melhores formas, para que todos possam fruir de seus direitos e liberdades.

A fraternidade inspira que as pessoas façam muito mais umas pelas outras do que o eventualmente determinado pelo ordenamento jurídico. A ideia é que ajam como se o fizessem por um irmão, ou por si mesmo, pois *o direito é tanto mais necessário quanto menos a fraternidade age* (GORIA in: CASO, 2008, p. 25).

Quanto mais fraterna uma sociedade é, menos importa a quantidade de normas positivadas e o teor das mesmas: as pessoas agirão da melhor forma possível, e lutarão pelo bem do outro como se fosse por seu próprio bem. Desta forma, *uma sociedade impregnada de fraternidade poderia tranquilamente dispensar o Direito*. (GORIA in: CASO, 2008, p. 25).

Várias normas jurídicas fundamentam-se na procura de conferir um caráter mais fraterno às relações humanas. A fraternidade é inspiradora das normas e é também critério interpretativo das mesmas.

Evidente que a busca do bem estar do próximo como se fosse seu reduz as injustiças. Bem como a promoção das liberdades das outras pessoas como se fossem suas maximizam o acesso à justiça.

³ Artigo 29: 1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Depois de conquistar suas liberdades individuais, é essencial que no exercício do papel de agente as pessoas tenham atitudes fraternas, promovendo as liberdades dos outros indivíduos, eliminando, desta forma, grande parte das injustiças incidentes sobre os povos.

5. Imposição de limites legais ao mercado

Os mercados são construções humanas ocasionais, variáveis e delineadas de acordo com a cultura e política de cada sociedade. São concebidos e limitados juridicamente, e a sua construção jurídica transcorre de todo o direito, embora seja mais perceptível nos ramos do direito empresarial, econômico, tributário, trabalhista e do consumidor.

O direito define preceitos organizadores da economia, criando limites morais e instituições determinadoras de normas para a produção, circulação e consumo de bens na sociedade; organiza e estrutura a economia, ao mesmo tempo em que impõe limitações à ela.

O crescimento econômico deve ocorrer entre um piso social e um teto ambiental. Um piso social, pois deve respeitar um patamar mínimo de direitos humanos e garantias individuais. E um teto ambiental, pois o capital natural tem um claro limite.

O estudo da sustentabilidade deve ser conduzido por um grupo de cientistas naturais e sociais, para que a sustentabilidade não se restrinja a questão ambiental ou social, atrelada a economia. O desenvolvimento sustentável exige a concretização desse tripé.

Não havendo um respeito “voluntário” dos direitos humanos e do meio ambiente, a econômica deve ser juridicamente guiada para fazê-lo. Quanto mais privações existem mais o direito deve intervir no sentido de tentar supri-las.

Há mais de 40 anos, Ignacy Sachs defende que o desenvolvimento ambiental não pode ser dissociado das questões social e econômica, e que é necessária a intervenção do Estado no mercado, pois este não se preocupa com as questões ecológicas e sociais.

A preocupação com o meio ambiente no processo de desenvolvimento é objeto de grandes discussões e pesquisas, visto que ele é essencial para a existência do ser humano e os limites ambientais do planeta impõem uma barreira ao desenvolvimento não sustentável.

A revista *New Scientist* (in: FILHO) observa que o crescimento econômico pode, por vezes, ser adverso ao desenvolvimento, devido à variável ambiental. A obtenção de grande vantagem econômica sem dar importância à questão ambiental, por meio da exploração indiscriminada da fauna e da flora, da devastação para a implementação de novas áreas urbanas ou de exploração de matérias prima que, entre outras situações, podem levar a catástrofes ambientais irreversíveis e prejudiciais a toda humanidade.

Inegável que a prevenção de desastres ambientais é mais vantajosa, até mesmo economicamente, do que tentar revertê-los, o que é muitas vezes inviável. A exemplo, o Banco Mundial, publicou em 2006 um relatório a pedido do governo britânico no qual afirma-se que o custo da inércia dos Estados diante do aquecimento global pode chegar até 2035 a 20% do PIB mundial, enquanto que, para lidar atualmente com o problema o custo seria de 1% do PIB global por ano.

Nesse relatório concluiu o economista-chefe que seria mais vantajoso, além de necessário, a implementação de políticas para abdicar de parte do crescimento econômico imediato para que se evite uma recessão imensurável num futuro não muito distante.

Além do desequilíbrio ambiental há mais um item da atividade econômica que pode caracterizar crescimento econômico sem desenvolvimento: a exploração da mão de obra escrava. Ainda que tal atividade produza bens e mercadorias, a escravidão causa um prejuízo incalculável aos que prestam sua mão de obra sem contraprestação e à sociedade em que estão inseridos.

A escravidão elucida a idéia de que o crescimento econômico somente gera desenvolvimento se estiver fundado no respeito aos direitos humanos. O direito, ao impor limites morais e legais à atividade econômica, faz com que ao visar o crescimento econômico, as empresas não prejudiquem os direitos dos cidadãos da sociedade em que está inserida.

Segundo SANDEL (2012b, p. 15) quando determinados bens são comprados ou vendidos, implicitamente os mesmos são tratados como mercadorias, mas nem todos os bens podem ser tratados como meios de se obter lucro. “O exemplo mais óbvio são os seres humanos. A escravidão era ultrajante por tratar seres humanos como mercadorias, postas à venda em leilão”. As pessoas devem ser tratadas de forma adequada, com respeito, e não como mero instrumentos de lucro e objeto de uso.

O ordenamento jurídico de um país deve regular a atividade econômica para que os direitos humanos não sejam suprimidos em detrimento do crescimento econômico. Um meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, conforme dispõe o artigo 225 da Constituição Federal⁴. Direito esse, elevado a categoria de direito fundamental, portanto inalienável, indisponível e de relevância para o desenvolvimento.

Por meio das normas jurídicas, o direito deve prover a todos os cidadãos condições mínimas existenciais para que tenham uma vida digna, uma vez que o crescimento econômico

⁴Art. 225, caput, Constituição Federal: “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. “

por si só não o faz. O ordenamento jurídico deve garantir que o crescimento econômico não prejudique os direitos dos integrantes da sociedade de terem uma vida digna e de exercer suas liberdades.

Assim como organiza normativamente a política, o direito o faz com a economia uma vez que as instituições políticas e econômicas não são naturais, mas sim organizadas juridicamente por normas que podem ser alteradas mediante o interesse e a necessidade da sociedade.

A organização da economia pelo direito deve visar além do crescimento econômico a promoção do desenvolvimento definido por Amartya Sen, que traz consigo o real exercício dos direitos humanos e fundamentais.

6. Considerações Finais

O presente trabalho buscou analisar a importância do direito na regulação dos limites do mercado, para que sejam consideradas as necessidades humanas e os limites ambientais, não apenas a variável econômica na questão do desenvolvimento.

No primeiro momento, ao analisar o desenvolvimento como liberdade, percebe-se que sua natureza de direito humano não é por acaso. A partir dele pode-se reivindicar os demais direitos humanos, uma vez que a expansão das liberdades individuais requer que todos tenham acesso à educação, à vida com saúde, à integridade física e psíquica, uma alimentação saudável, à justiça, ao meio ambiente equilibrado, a expressão política entre outras.

Para propiciar o desenvolvimento como liberdade, é essencial que o ordenamento jurídico preocupe-se com a regulação da exploração econômica. Para que a realidade, principalmente de países em desenvolvimento, como o Brasil, não seja tão discrepante e cruel: ao passo em que há vários nomes brasileiros na lista dos 400 mais ricos do mundo da Forbes, temos, ainda e infelizmente, a exploração de mão de obra escrava.

O respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente é condição *sine qua non* pode-se falar em desenvolvimento, uma vez que esse deve ser pautado na harmonia entre os eixos social, ambiental e econômico.

Isso porque desenvolvimento sustentável não implica no acúmulo de riqueza por alguns ao mesmo tempo em que traz imensos prejuízos econômicos, sociais e ambientais para o restante da sociedade, é necessária uma regulação moral e normativa à atividade econômica.

O desenvolvimento sustentável é um processo inclusivo, tanto de pessoas quanto de bens e institutos. De pessoas, pois quanto mais indivíduos estiverem unidos por um propósito, mais fácil ele será alcançado e seus benefícios refletirão em prol de todos. Inclusivo quanto a

bens e institutos visto que, quanto mais idéias, ações e recursos se inserirem na sustentabilidade mais benefícios serão gerados das mais variadas formas.

O desenvolvimento como liberdade é um desenvolvimento sustentável. E o direito pode guiar suas diretrizes e estimular a sua realização, por meio da regulação normativa, moral e institucional. A promoção do desenvolvimento mostra-se intimamente ligada ao exercício dos direitos e deveres individuais.

Ao tutelar o direito ao desenvolvimento, o direito tutela também uma série de direitos humanos, os quais consistem em liberdades essenciais dos indivíduos. Sua regulação é indispensável ao desenvolvimento sustentável, à ampliação das liberdades individuais, à manutenção dos direitos humanos.

O direito ao desenvolvimento enseja que os demais direitos humanos sejam efetivados, pois além de ser um interesse coletivo o êxito de toda a sociedade, é um interesse individual poder fruir de todos os direitos humanos, dispondo de condições mínimas para uma vida digna.

REFERÊNCIAS

CASO, Giovanni [et al.]. Congresso Internacional: “Relações no Direito: qual espaço para a fraternidade? (2005: Roma) **Direito e Fraternidade: ensaios, prática forense: Anais**. São Paulo: Cidade Nova: LTr, 2008.

FILHO, João Telésforo Medeiros. **Direito & Desenvolvimento: o papel do direito no processo da sua própria efetivação**. Disponível em: <<http://brasiledesenvolvimento.wordpress.com/2008/10/27/direito-desenvolvimento-o-papel-do-direito-no-processo-da-sua-propria-efetivacao/>> Acesso: 27 fev. 2013.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O espírito das leis**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ONU, **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso: 10 de ago 2012.

POZZOLI, Lafayette . **Direito como função promocional da pessoa humana**. Revista Em Tempo, vol. 2, Marília, SP, 2000.

PRECIPITO, Lis Maria Bonadio, POZZOLI, Lafayette. Justiça Global e Fraternidade: a importância das ONGs. In: COSTA, Ilton Garcia (org). **Terceiro Setor, ONGs- Questões Críticas**. São Paulo: Verbatim, 2012.

PRECIPITO, Lis Maria Bonadio. Direito e Desenvolvimento: a hermenêutica do direito pautada na fraternidade como mecanismo de promoção do desenvolvimento. In: HERRERA, Luiz Henrique Martim. **A nova interpretação do direito: construção do saber jurídico**. Birigui: Boreal, 2012.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANDEL, Michael. **Justiça- o que é fazer a coisa certa**. Tradução de Heloisa Matias e Maria Alice Máximo. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANDEL, Michael. **O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução Denise Bttmann, Ricardo Donienelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IPAM- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Glossário: Relatório Stern**. Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/saiba-mais/glossariotermino/Relatorio-Stern-66>>. Acesso: 05 de mar 2013.